

### 3.

## **O Maciço da Tijuca: Uma visão do ontem para o pensar geográfico do hoje**

### 3.1.

#### **O café: da floresta à cultura, da cultura à floresta.**

Como visto até o presente momento, pensar a paisagem significa conceber que a mesma é configurada e estruturada através de uma gama de processos e transformações no espaço e no tempo, o que por sua vez resulta na modificação contínua dessa paisagem seja através de suas formas, estruturas ou até mesmo funções.

Evidentemente que desta forma torna-se importante pensar que a cidade do Rio de Janeiro não se comportou da mesma maneira ao longo do tempo e de sua formação histórica. As inúmeras transformações sofridas pela cidade em diversas esferas (econômica, política, culturas, social) conduziram a uma dinamicidade da transformação da própria paisagem ao longo do tempo. Quando se pensa nestas inúmeras esferas de realização humana, torna-se impossível dissociar as mesmas da natureza. Desta maneira a visão dicotômica entre sociedade/natureza se mostra completamente errônea, culminando na necessidade de não apenas uma aproximação, mas uma inter-relação profunda entre ciências naturais e sociais. No caso do Maciço da Tijuca torna-se fundamental discutir um elemento particular que contribui de maneira decisiva para o atual cenário encontrado: o café, fazendo-nos remeter ao contexto histórico do início do século XIX.

Fruto de uma política voltada para a exportação, o café, além de ter se tornado um produto voltado para abastecer principalmente os Estados Unidos e a Europa, este produto foi importante para que se suscitasse uma sobrevida do próprio império na cidade conforme apresentado por Dean (1998).

O café passou a ser o produto das grandes fazendas doadas em sesmarias, enquanto a corte portuguesa residia no Rio de Janeiro. Na verdade, o café foi a salvação da aristocracia colonial. Foi também a salvação da corte imperial cambaleante que, assediada por rebeliões regionais e duramente pressionada a pagar pelas burocracias civil e militar necessárias para consolidar o Estado, foi resgatada pelas receitas do café que afluíam para a alfândega do Rio de Janeiro. (Dean, 1998, p. 195).

De acordo com Lima (2007, p. 9) “a força da economia cafeeira seria de tal forma que, ela seria representada na Bandeira Real do Brasil de 1822. Na Bandeira Real do Brasil, duas plantas, o café e o tabaco, simbolizariam as duas riquezas do reino” (Figura e Figura ).



Figura 6: Bandeira Real do Brasil na qual aparecem os ramos de café e tabaco, demonstrando assim a centralidade que tal produto possuía para a economia do país.



Figura 7: Representação de um dos quadros de Taunay.

(Fonte: <http://salacristinageo.blogspot.com>)

(Fonte: [www.fehet.com.br](http://www.fehet.com.br))

Com a corrida mercantilista que se estabelecia, já que outras colônias no mundo também produziam e exportavam o café, a prática deste tipo de cultura no Sudeste brasileiro se intensificou de maneira bastante rápida. Além disso, o café encontrava no domínio da Mata Atlântica um excelente ambiente para a sua produção, assim como a própria morfologia encontrada no Vale do Paraíba. No caso do Rio de Janeiro, o relevo acidentado e a necessidade de produção cuja finalidade já foi apresentada anteriormente, também trabalhavam a favor da expansão desta cultura.

O café é mesial, isto é, exige solos que não sejam nem encharcados nem secos. Nas áreas altas do Rio de Janeiro, os fundos dos vales eram fracamente drenados e, dessa forma, o plantio tinha de ser feito em encostas íngremes e desencorajantes (...). A Mata Atlântica estabilizara-se nessas áreas, ao longo de milhares de anos de incipiente intervenção humana, um solo raso, mas moderadamente fértil e um tanto ácido. Este material e a biomassa da própria floresta podiam, por um certo tempo, suprir os nutrientes essenciais. (Dean, 1998, p. 195)

No entanto um fato apontado por Dean (1998) e que merece destaque é o fato da crença que se tinha na época de que o café necessitava ser plantado e produzido em solo coberto por floresta “virgem”, o que por sua vez justificou a destruição em grande escala das matas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira a paisagem da cultura do café passou a fazer parte da paisagem carioca, marcando em seu relevo não mais a vegetação de Mata Atlântica, mas sim os pés de café. Drummond (1997) aponta que inúmeros bairros passaram a fazer parte deste novo cenário ainda no século XVIII, tendo como paisagem marcante, a existência de inúmeros pés de café, apontando que inclusive, o bairro da Gávea já possuía nesta época mais de 30 mil pés plantados.

É importante destacar a identidade que a cultura do café assumiu no Brasil. A prática da derrubada e queimada (com a finalidade da abertura de espaços para o plantio do café) era realizada, ignorando muitas vezes outras práticas de cultivo.

No Brasil, em vez de preservar parte do dossel nativo, a floresta inteira era destruída na preparação para o plantio – salvo, aqui e acolá, um pau-d’álho. Essas árvores eram poupadas, porque eram consideradas o mais seguro de todos os padrões, e pois, exibidas para um comprador potencial da fazenda como prova da produtividade de seus cafezais. (...). Aparentemente os primeiros fazendeiros tinham pouca noção de como se plantava o café em outros lugares e simplesmente aplicavam técnicas tradicionais de derrubada e queimada em uma escala maior e ainda mais drástica. (Dean, 1998, p. 197)

Além da contínua exaustão sofrida pelos solos durante o final do século XVIII e ao longo de todo século XIX, percebia-se cada vez mais que a situação da fertilidade dos solos fluminenses já se apresentava em contínua penúria. Lima (2007) aponta ainda a existência de eventos que contribuíam também para a modificação da paisagem cafeeira na floresta como a invasão de uma praga que contribuiu para a diminuição drástica da produtividade cafeeira no ano de 1843. No entanto, não apenas o esgotamento do solo se fazia presente, mas outros acontecimentos levavam à conseqüências ambientais cada vez mais sérias sobre a cidade. Um exemplo crasso estava associado às chuvas torrenciais que culminavam em verdadeiras enxurradas na cidade. Eventos de cheias combinavam-se com períodos de seca. Tudo isso, estava associado à remoção da cobertura vegetal, que contribuía diretamente para o aumento no volume de águas que corriam em grande volume para as partes mais baixas da cidade, provocando inundações de grandes proporções (Drummond, 1997).

A preocupação sobre as consequências drásticas trazidas pela cultura do café, principalmente em relação ao problema sofrido pela cidade sobre o abastecimento de água na cidade fez com que a partir de metade do século XIX, uma série de iniciativas fosse adotada para que se transformasse uma vez mais a paisagem. No entanto, desta vez as culturas de café foram dando espaço a tentativas de reflorestamento. Pode-se perceber a partir da passagem abaixo, uma das várias iniciativas públicas associadas ao novo “sopro verde” vivido pela Floresta da Tijuca, cujo principal personagem foi Manuel Gomes Archer<sup>15</sup>.

Em 1873, o major Archer assina o relatório final do "Serviço Florestal da Tijuca que estabelece o número de 61.852 mudas plantadas em sua gestão. Mas existem suposições de que ele tenha plantado 20% a mais, e que o número de 72 mil mudas plantadas seja uma estimativa razoável. (Ramos, 2010).

De acordo com a passagem acima, se estipularmos que cada muda, por exemplo, fosse plantada em uma área em intervalos regulares médios de 0,50 centímetros, teríamos que cada muda seria plantada em uma área média de 0,25 m<sup>2</sup>. Ao contabilizarmos o total de 61.852 mudas, teríamos uma área aproximada de 15.463 m<sup>2</sup> de área plantada. Se estipularmos as 72 mil mudas, chegaríamos ao valor de 18.000 m<sup>2</sup>. Porém, se imaginarmos que cada muda ocupasse a área referente a 1 m<sup>2</sup>, poderíamos obter uma área plantada de 61.852 m<sup>2</sup>, ou, dentro da suposição de 72 mil mudas, 72 mil metros quadrados em apenas um ano de intervenção.

Se levarmos em consideração os índices de sobrevivência das mudas plantadas pelo Major Archer, associadas aos anos apresentados na Tabela 1, teremos que foram plantadas de maneira bem sucedidas (ou seja, as plantas que sobreviveram) 51.226 mudas em sua gestão.

---

<sup>15</sup> “Comandou a fase mais importante do trabalho que resultou na Floresta da Tijuca, a primeira e ainda a maior experiência de reflorestamento tropical e de múltiplas espécies nativas realizada em qualquer parte do mundo” (Drummond, 1997).

Tabela 1: Mudanças plantadas, Índice de Sobrevivência e Mudanças bem sucedidas no Maciço da Tijuca entre os anos de 1862 e 1872.

Ano/Período	Mudas plantadas	Índice de Sobrevivência (%)	Mudas Bem Sucedidas*
1862	13.613	79%	10754
1865 (1)	11.282	81%	9138
1868 (2)	12.932	77% (3)	9957
1869-1871	23.658	79%	18689
1872	3.585	75% **	2688

(1) Provavelmente 1863-1865; (2) Provavelmente 1866-1868 (3) Estimativa  
(Fonte: Drummond (1997, p.224))

Percebe-se claramente, a partir destes breves apontamentos a respeito do histórico do uso dado ao Maciço da Tijuca, sobre a falseabilidade da crença da floresta intocada e “prístina” assumida por aqueles que não concebem os processos históricos da cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua formação. A floresta secundária (ainda que tardia) acaba por nos remeter justamente à interação proposta por Worster (1997) e Girel (2006) a despeito da relação homem-natureza. A floresta torna-se produto direto desta relação simbiótica entre natureza e homem. Esta paisagem produzida acaba sendo caracterizada por diversos elementos que surgem como “provas” desta relação como será melhor analisado na próxima seção através do enfoque dado ao século XX. Porém, podemos pensar, quando nos remetemos ao Século XIX em uma série de objetos que demonstram a antropocidade inerente a própria paisagem da Floresta da Tijuca, por exemplo, quando verificamos a existência de ruínas de uma antiga fazenda de café (Figura ) no coração da atual floresta (Região da Pedra da Gávea) e até mesmo o lugar conhecido por Mesa do Imperador, cuja função primordial era servir como ponto de parada para os passeios da Família Real (Figura ).



Figura 8: Ruínas da antiga fazenda de café localizada na Floresta da Tijuca

(fonte: <http://salacristinageo.blogspot.com>)



Figura 9: Local conhecido atualmente como “Mesa do Imperador”.

(Fonte: <http://turismobile.blogspot.com/2011/08>)

### 3.2.

#### **A Floresta do Século XX: a paisagem produzida da maior floresta urbana do mundo**

Quando se pensa na atual floresta “prístina” da Floresta da Tijuca (e em um maior contexto, o Maciço da Tijuca), logo se remete a questão das matas intocadas e do tempo dito “natural” do desenvolvimento das próprias matas que compõe o Maciço da Tijuca. No entanto, como se pôde perceber na seção anterior, inúmeros processos associados a um período histórico específico (século XIX), culminaram na produção de uma paisagem que desconstrói completamente esta visão “pura” assumida pela Floresta.

No entanto, esta paisagem continua a ser produzida no Século XX através de um viés que passa a explorar o recurso do “natural e do prístino”<sup>16</sup>, ao invés da perspectiva de produção agrícola que caracterizou o século XIX. De acordo com Lima (2007), após a Floresta passar por um período de abandono (cerca de meio século), foi no ano de 1943 que este panorama começou a se modificar. De acordo com o autor

---

<sup>16</sup> É importante, no entanto, destacar que esta visão acerca do Turismo já era percebida nos fins do século XIX, sendo propagado pelo próprio Dom Pedro II. De acordo com o sítio na internet da empresa responsável, Trem do Corcovado (s/d), “a Estrada de Ferro do Corcovado foi a primeira ferrovia eletrificada do Brasil. Inaugurada em 1884, é mais antiga do que o próprio monumento do Cristo Redentor. Aliás, foi o trem que, durante quatro anos consecutivos, transportou as peças do Cristo.”

Quando Castro Maya assumiu a maior parte das obras de jardinagem e paisagismo realizadas por Gastão de Escagnolle e Auguste Glaziou tinham sido encobertas pela floresta e pelo desprezo das autoridades públicas. Parques, praças, trilhas, casas, lagos e outros equipamentos se encontravam em péssimas condições. (Lima, 2007, p.15)

Após uma série de modificações administrativas referentes aos diversos repasses de responsabilidades (devido às modificações políticas no Estado do Rio de Janeiro), efetivamente no ano de 1961 foi definido o Parque Nacional do Rio de Janeiro (que mais tarde, no ano de 1967, viria a ser chamado de Parque Nacional da Tijuca). Como nos aponta o autor supracitado (Lima, 2007, p.16), neste mesmo ano, foi redefinido o limite espacial do parque e as áreas da “Covanca e Andaraí foram excluídas do Parque, devido a várias favelas estarem implementadas nas suas encostas”, o que por sua vez aponta para a questão política na própria definição do limite do Parque.

Percebe-se então que o PNT (e sua respectiva paisagem) passa a ser produzido também através do intuito de fomento ao turismo pela cidade. Tal fomento é resultante de combinação de diversos elementos que constituíram o passado e o presente. Neste sentido podem-se pensar os diversos Mirantes (Mirante da Vista Chinesa, Mirante Dona Marta, Mirante do Excelsior), pontos históricos (Açude da Solidão, Hotel Paineiras, a Mesa do Imperador, Parque Lage), além de, é claro, a estátua do Cristo Redentor<sup>17</sup>, são alguns dos diversos elementos que foram apropriados para o desenvolvimento deste turismo e que não exploram apenas a perspectiva da Floresta (como ambiente natural), mas que ganham valor a partir dessa relação. Desta maneira percebe-se como a floresta passa a ser dotada de uma série de relações que não apenas a ecológica, mas também a econômica, a social e a cultural (no passado e no presente). Assim, como tais elementos apontados, outros, acabam por surgir na paisagem associados à necessidade de remanejamento paulatino do ambiente ecológico, assim como no fornecimento de infra-estrutura para a própria cidade como um todo.

Um desses elementos marcantes da paisagem acaba por serem os aceiros que podem surgir pontualmente no tempo e no espaço e que possuem uma função

---

<sup>17</sup> O monumento do Cristo Redentor foi inaugurada em 12 de outubro de 1931 e constituiu-se como um dos principais símbolos do Parque atualmente, já que em 2007 foi considerado uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno.

extremamente importante para a manutenção da biodiversidade e da estrutura florestal. De acordo com Ribeiro et al. (2006, p.1), o principal objetivo do aceiro é “quebrar a continuidade do material combustível, compartimentalizando a área preferencialmente por grupo de material combustível homogêneo”, ou seja, contribuem para a contenção ou utilização do fogo controlado para o manejo de determinada área.

Este tipo de elemento é extremamente comum no PNT (assim como no Maciço como um todo) acabando por se caracterizar como uma área limpa (caracterizando-se, portanto como uma área de solo exposto) e muito presente na vertente norte do Maciço (se comparado com a vertente sul). O surgimento deste elemento na paisagem (Figura 10 e Figura 11) é explicado pelas próprias condições físico-climáticas do lugar em questão. Zaú (2007, p.1) apresenta que grande parte da degradação encontrada no PNT está associada “à menor disponibilidade de água em zonas de divergência de fluxos d’água, topos de morros etc, além de desmatamentos pontuais e dos processos de retroalimentação derivados destes estão entre as principais causas da degradação local”.



Figura 10: Aceiro localizado na vertente norte do maciço da Tijuca através de imagem de satélite.

(Fonte: Google Earth)



Figura 11: Aceiro localizado na vertente norte do maciço da Tijuca através de sobrevôo.

(Fonte: [www.redeprotecaopnt.org.br](http://www.redeprotecaopnt.org.br))

Um exemplo crasso e que ocorre no Maciço da Tijuca é o caso da influência direta ocasionada pelas linhas de transmissão, assim como as antenas que passam a fazer parte do PNT desde a década de 1970<sup>18</sup> (mais precisamente no Morro do Sumaré) e que afetam a distribuição da fauna e da flora local.

Há registros de que as primeiras autorizações para a ocupação de áreas do Parque Nacional da Tijuca para implantação de tais atividades se remetem ao início dos anos 70, quando o IBDF autorizou, a título precário e gratuito, as primeiras construções e instalações de torres e equipamentos de transmissão na cumeada do morro do Sumaré. Segundo documentação apresentada por alguns dos ocupantes, a partir dessa época foram fornecidas cerca de dez autorizações, incluindo entidades públicas e privadas. (Almeida & Peixoto, 1997, apud Lima, 2007, p.24)

A identificação destes corredores de energia (que se tornam muitas das vezes indispensáveis para a distribuição da energia elétrica) e a análise de sua distribuição pode muitas das vezes explicar a diminuição da presença de determinadas espécies animais e vegetais ao longo desses locais. Quase imperceptíveis ao olhar humano, a função e o uso desses tipos de instalações ocasionam uma série de consequências que acabam por reestruturar a paisagem (Figura e Figura ). As micro-ondas termais não são as únicas responsáveis pelo impacto sobre a vida de algumas espécies da biota (podendo ser inserido aí o ser humano), mas também as micro-ondas não termais e não ionizantes. De acordo com Astete ([199-?])

As radiações não ionizantes apresentam interesse do ponto de vista ambiental, porque os seus efeitos sobre a saúde das pessoas são potencialmente importantes, sendo que exposições sem controle podem levar à ocorrência de sérias lesões ou doenças. Por outro lado, há uma proliferação de equipamentos, inclusive de uso doméstico, que emitem radiações, tais como, fornos de microonda, radares para barcos (inclusive de recreação) lasers, inspeção para controle de qualidade, lâmpadas ultravioleta para eliminar germes, etc.

---

<sup>18</sup> Esta periodização entretanto entra em conflito quando acessamos alguns relatórios do próprio PNT, como o documento “Empreendimentos de comunicação no Sumaré e Corcovado: situação e recomendações” elaborado pelo PNT (s/d). No presente texto, é citado que no ano de “1965 a administração do Parque Nacional da Tijuca, então subordinada ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) do Ministério da Agricultura, já reclamava aos órgãos do Estado do Rio de Janeiro sobre os impactos causados com relação à posição das antenas, torres e instalações repetidoras localizadas no Sumaré, havendo, inclusive, através do Ofício 167 de 04 de agosto de 1965”. Ainda é apontado que “a demanda pela área se deu em função de sua localização privilegiada, possibilitando a difusão de sinais de som e de imagem para quase todas as áreas da cidade. (...) Posteriormente, para alguns, as características da área do Sumaré não se mostraram satisfatórias e novo local dentro do Parque foi ocupado por instalações desse tipo - a área de entorno do monumento do Cristo Redentor, no Corcovado, ainda na década de 60”.

Desta maneira, as linhas de transmissão surgem como “objetos” que estão marcados na paisagem e que possuem uma função específica (e que não pode ser confundida, por exemplo, com uma classe genérica de “área urbana”), trazendo conseqüências espaciais diretas na transformação da paisagem. É importante também destacar que a própria existência dessas linhas de transmissão precede a necessidade de constante limpeza das faixas de transmissão para que se evitem acidentes relacionados ao desligamento de linhas, assim como acidentes referentes à queimadas provocadas por descargas elétricas.<sup>19</sup>



Figura 12: A representação das antenas no Maciço da Tijuca a partir de imagem de satélite.

(Fonte: Google Earth)



Figura 13: A representação das linhas de transmissão no Maciço da Tijuca a partir de imagem de satélite.

(Fonte: Google Earth)

Outro elemento a ser considerado (e que não é característica apenas do PNT, mas sim de muitos Parques) é a ocorrência de estradas e trilhas que permeiam o mesmo. Evidentemente que este tipo de elemento surge na paisagem para facilitar o deslocamento das pessoas que frequentam o mesmo por diversas razões: lazer, turismo e até mesmo para a acessibilidade e manejo de determinadas áreas (e até mesmo para acessar os equipamentos implementados no próprio parque, como visto anteriormente, o caso das antenas).

---

<sup>19</sup> No entanto também se pode pensar em uma série de outros dados que visem contribuir para que se construa um conhecimento geográfico capaz de fornecer informações a respeito das classes que se buscam identificar. Assim, informações referentes ao relevo (declividade), NDVI, existência de feições vetoriais que indiquem a existência de elementos na paisagem (postes, ruas e das próprias linhas de transmissão), entre outros, contribuem para o estabelecimento deste conhecimento geográfico.

Entretanto, quando se analisa o PNT através da representação de imagens de satélite, a identificação das mesmas torna-se extremamente complexa. Isto devido basicamente a dois problemas. O primeiro está associado com a representação das trilhas oficiais. Estas trilhas por serem, normalmente, de maior dimensão, são percebidas na paisagem apenas como pequenos veios que cortam a mata, podendo ser identificadas pela existência de sombreamentos estreitos ao longo da mata. Já no caso de estradas (asfaltadas ou não), a sua representação, até mesmo devido a dimensão das mesmas tornam-se bastante marcantes na paisagem (Figura 14 e Figura 15). É importante destacar, entretanto, que tais sombreamentos podem ser confundidos com o sombreamento ocasionado pela própria morfologia local.

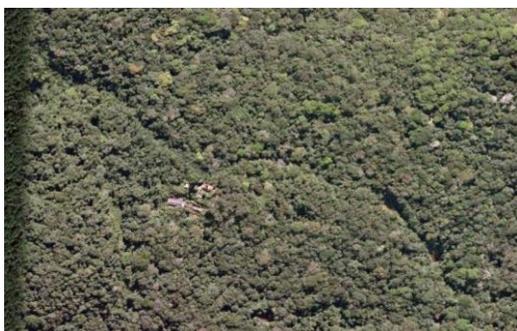


Figura 14: Representação de possíveis trilhas no Maciço da Tijuca a partir de imagem de satélite.

(Fonte: Google Earth)



Figura 15: Representação de estradas no Maciço da Tijuca a partir de imagem de satélite.

(Fonte: Google Earth)

A segunda dificuldade a ser destacada está associada à existência de trilhas “secundárias” e “não oficiais”. Estas trilhas, apesar de serem por vezes percebidas através da representação da imagem de satélite, são muito mais tênues do que as trilhas oficiais devido à sua própria dimensão. Além disso, neste tipo de situação, as trilhas encontram-se muitas das vezes imperceptíveis, pois, como dito, devido à sua própria dimensão, elas ficam totalmente abaixo do dossel arbóreo<sup>20</sup>.

Outro elemento que surge de maneira marcante na paisagem é a própria ocorrência de edificações no Maciço como um todo. Ora, Santana (2002)

---

<sup>20</sup> Muitas dessas trilhas estão associadas também à caçadores e até mesmo ao trânsito ilegal de drogas através do Maciço devido às características do entorno circundante, completamente urbano.

apresenta em seu trabalho inúmeros processos que contribuíram para a sucessiva fragmentação florestal no Município do Rio de Janeiro, e aponta inclusive que a pressão urbana sobre as áreas de encostas tem por motivação inicial, a relação entre a procura por moradias baratas em áreas não tão valorizadas (o que culminou no que conhecemos atualmente como favelas) na década de 20. No entanto, atualmente estas mesmas áreas sofrem grande valorização justamente pela busca por uma “desconcentração” urbana, valorização do “verde”, etc. Desta maneira, surgem nas encostas diferenciadas tipologias de edificações, sejam elas de moradias de baixa renda ou de alta renda.

No ano de 2009, O Programa Integrado de Monitoria Remota de Fragmentos Florestais e de Crescimento Urbano no Rio de Janeiro (PIMAR), desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ) e pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) permitiu verificar, através de procedimento de interpretação visual realizado por imagens de satélite entre os anos de 2008 e 2010, a expansão vertical e horizontal dos Maciços da Pedra Branca e do Maciço da Tijuca. Um dado interessante levantado pelo Projeto é que nos limites oficiais do PNT, apenas uma construção foi verificada. Tal construção era referente a uma guarita na entrada do Parque para a verificação e controle do tráfego de pessoas do entorno do mesmo para o seu interior. No entanto, o mesmo projeto apontou que as áreas adjacentes ao limite do Parque continuam a ser pressionadas pela expansão urbana e a sempre crescente especulação imobiliária existente no local. Em dados<sup>21</sup> apresentados pelo PIMAR apresentam que em parte do Maciço, analisado entre os 2008 e 2009, foram identificados 260 pontos de supressão, totalizando 4,14 hectares de áreas na qual ocorreu uma supressão arbórea e que deram lugar a edificações. Este dado apresenta que o próprio Maciço vem sofrendo pressões no entorno do Parque, ainda que não houvesse praticamente nenhum distúrbio em seu interior.

Em relação ao PNT, é importante destacar, que muitas das edificações que se encontram atualmente dentro de seu limite também estão associadas ao próprio

---

<sup>21</sup> Os dados foram retirados do Relatório Trimestral de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010 (NIMA, 2010).

período anterior de criação do Parque, como por exemplo, o Hotel Paineiras e o próprio Cristo Redentor. Outras destas edificações já estão associadas à própria estrutura do Parque, tais como a sua Sede e o Centro de Visitantes (localizada no setor<sup>22</sup> identificado como Floresta da Tijuca), mesmo tendo sido construídas pós-criação.

No entanto, como já apontado pelo Projeto PIMAR, é importante destacar, que apesar da ênfase ser dada ao PNT, deve-se também ter a preocupação de uma análise que acabe por abarcar também o seu entorno. É exatamente neste sentido que o objeto de estudo não pode ficar restrito ao Parque. Devem-se compreender os fenômenos e processos que ocorrem nas suas áreas de influência, e por este mesmo motivo, o Maciço da Tijuca como um todo passa a contribuir por complexificar a percepção de como esses objetos geográficos e processos geográficos ocorrem e interferem na própria modificação da paisagem.

---

<sup>22</sup> É válido destacar que o PNT possui uma divisão em quatro setores, conhecidos por: Floresta da Tijuca, Serra da Carioca, Pedra Bonita/Pedra da Gávea e Pretos Forros/Covanca.